

FRANÇOIS JULLIEN

O DIÁLOGO ENTRE AS CULTURAS
Do universal ao multiculturalismo

Tradução:
ANDRÉ TELLES

Apresentação e revisão técnica:
DANILO MARCONDES
professor de filosofia, PUC-Rio e UFF

 **ZAHAR**
Rio de Janeiro

APRESENTAÇÃO À EDIÇÃO BRASILEIRA

por Danilo Marcondes*

O “universal” é uma invenção do pensamento grego, não apenas como conceito, mas como modo de ver a realidade, como atitude diante dela. A tradição ocidental incorporou essa herança nas grandes vertentes de desenvolvimento de seu pensamento – a filosofia, a ciência, a religião cristã. Afinal, “católico” é um termo grego que significa exatamente “universal”.

Portanto, a pretensão de universalidade do conhecimento e igualmente dos valores é, pode-se dizer, uma característica da cultura ocidental, ou melhor, das culturas que se formaram pela influência greco-romana e cristã, projetando-se hoje sobre toda a grande diversidade de culturas de nosso mundo. Que a realidade tenha uma unidade, que possa ser pensada como totalidade é resultado da visão dessa cultura, logo, é uma forma particular – isto é, de uma cultura determinada – de ver a realidade.

Essa questão se tornou especialmente pertinente no mundo contemporâneo globalizado pela economia de mercado e pela comunicação, o que parece reduzir as diferenças, homogeneizar as culturas, fazer com que de Paris a Abu Dhabi, do Rio de Janeiro a Tóquio, se encontrem os mesmos produtos oferecidos ao consumo, até o mesmo tipo de propaganda. A tal ponto que os economistas

* Doutor em filosofia (Universidade de Saint Andrews, Reino Unido), professor titular do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) e professor adjunto do Departamento de Filosofia da Universidade Federal Fluminense (UFF). É autor de diversas obras, dentre as quais *Iniciação à história da filosofia* (Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 12ª ed., 2008).

já tomaram o preço do hambúrguer do McDonald's como indicador comparativo do poder aquisitivo em diferentes sociedades.

Quando as grandes potências ocidentais pretendem exportar o modelo de democracia ocidental para todas as sociedades e usá-lo como parâmetro de desenvolvimento político, tomam mais uma vez a releitura de uma forma específica de organização política, surgida na Grécia, como parâmetro universal. Do mesmo modo, o discurso sobre a defesa dos direitos humanos supõe uma universalidade da natureza humana – em nome da qual se formula e se pretende aplicar – cuja origem se encontra na tradição greco-romana e cristã.

François Jullien explora as várias dimensões desse aparente paradoxo entre uma pretensão universal e sua origem em uma cultura determinada. Essa concepção abstrata e universalista de tal forma condiciona nosso entendimento que torna difícil, quase impossível, pensar fora dela. Porém, talvez possamos pensá-la, ainda que de dentro, criticamente (mas a crítica é também uma invenção grega). Contudo, crítica não significa apenas autoexame, autorreflexão, já que pode ser vista como pensamento que toma consciência de seus limites e aponta para alternativas, permitindo, desse modo, uma abertura para outras culturas, outras formas de pensar.

Por outro lado, é com uma certa perplexidade que vemos hoje, nós, no “mundo ocidental”, ressurgirem movimentos políticos, por vezes bastante violentos, de defesa de culturas regionais, de luta pela autonomia, de rejeição do que identificam como “modelo ocidental”, levando ao que já foi chamado, talvez impropriamente, de “choque de civilizações”.

O autor aprofunda e mesmo radicaliza o problema, a “boa intenção” do diálogo entre as culturas; a dificuldade, quase impossibilidade de fazê-lo; seus aspectos ideológicos; seus interesses subjacentes; o fato de que ainda assim essa tentativa de diálogo parece ser mais uma vez uma manifestação de universalismo.

O modo extremamente original como explora essa difícil questão, em um estilo denso e provocador, consiste em uma análise político-filosófica e sociológico-histórica da articulação de três conceitos-chave para explicitar suas diferenças e semelhanças: o “universal”, o “uniforme” e o “comum”, que com frequência se confundem em nosso pensamento e mesmo em nosso imaginário. A articulação desses três conceitos-chave e a distinção entre eles, por sua vez, devem ser pensadas em contraste e em comparação com conceitos como a “alteridade”, o “singular”, o “heterogêneo”.

Esses conceitos são considerados através de um método genealógico em seus aspectos *lógicos*, estritamente como conceitos abstratos; *jurídicos*, através da concepção universalista romana de cidadania; e *teológicos*, pelo exame da visão paulina de uma “religião para todos os povos”. É, segundo o autor, a análise da gênese desses conceitos que nos permite entender sua influência em nosso pensamento hoje e nos possibilita questionar e repensar a pretensão de exportá-lo como único modelo válido (porque universal) para todas as culturas. É dessa forma também que podemos superar o entendimento e os usos mais tradicionais desses conceitos, continuando a operar com eles em um sentido menos reducionista.

A análise da formação da cultura ocidental, por sua vez, revela o processo pelo qual esses conceitos-chave se constituíram historicamente. Contudo, um exame mais profundo e mais crítico nos mostra que a herança cultural greco-romana foi bem menos linear e contínua do que pode parecer à primeira vista, quando pensamos de forma homogênea em “cultura ocidental”. Essa tradição foi influenciada pela cultura judaica no surgimento do cristianismo; alterou-se radicalmente com a invasão do Império Romano por povos bárbaros nômades, que deram diversas contribuições culturais; em seguida, incorporou elementos da cultura árabe islâmica, quando esta chega até a Europa ocidental e provoca um profundo impacto no mundo cristão; e, finalmente, com a descoberta do Novo Mundo, passou por uma nova transformação, quando o mundo europeu

conquista e coloniza essas novas terras, transferindo para elas sua cultura, mas absorvendo, ao mesmo tempo, a influência das novas culturas, nativas e africanas, com que interage. Portanto, essa herança é mais híbrida, mais complexa e menos monolítica do que pode parecer quando a rotulamos de “cultura ocidental” e a contrastamos com esta outra falsa unidade: o Oriente.

São esses os pressupostos de nosso pensamento atual que o autor nos leva a reconsiderar em sua análise de momentos-chave desse processo.

François Jullien, professor de filosofia na Universidade de Paris e sinólogo que viveu e estudou muitos anos na China, tendo escrito vários livros sobre o pensamento e a cultura chineses, traz essa experiência e esses conhecimentos para uma reflexão sobre as diferenças, as rupturas, os abismos mesmo entre as culturas do Ocidente e as do Oriente, levantando a questão sobre a necessidade e a possibilidade do diálogo entre culturas. Sob que condições esse diálogo, que envolve os paradoxos que acabamos de expor, pode efetivamente se construir para além, por um lado, da pretensão universalizante da cultura ocidental que a tudo parece englobar, e, por outro, do caráter frequentemente autocontido ou autorreferente das culturas orientais? Essa é uma das provocações mais estimulantes do autor neste nosso contexto atual, em suas palavras, de crise das últimas “mitologias do homem”.

ADVERTÊNCIA

Sem dúvida, nos mais diversos cantos do mundo, sob as trocas e tráficos de todo tipo, de homens e de bens, e até mesmo sob as guerras e deportações, culturas continuam, em algum lugar – irredutivelmente – a dialogar entre si. De viés, até o limite da extinção, de maneira obstinada: através de empréstimos, contaminações, influências; mas também através de polêmicas, resistências, distorções, dissidências, ou simplesmente vestígios e testemunhos sepultados sob as ruínas e que a História redescobre. Nem por isso a questão explícita de um diálogo entre as culturas deixa de ser espatiosamente recente. Pois sem dúvida era preciso, para que fosse colocada, que a inter-relação das culturas mudasse, enfim, brusca-mente, de escala e de regime: que, abandonando as simples relações episódicas e de contiguidade, assumisse uma dimensão global e que o inventário cultural de um mundo finito, graças ao trabalho minucioso dos antropólogos, parecesse em vias de se consumir. Era preciso, além disso, que a cultura então dominante durante os últimos séculos – a “ocidental” – visse sua posição soberana em vias de se fissurar e não pudesse mais ser tão peremptória quanto à sua legitimidade de princípio. O que desemboca hoje nessa situação contrastante, e inclusive amplamente contraditória: de um lado, a padronização dos modos de vida, de produção, de consumo e de midiaticização ameaça recobrir toda diversidade cultural mundo afora, e isso a ponto de sepultá-la; e, por outro lado, longe de se amenizarem, eis que conflitos de ordem cultural ganham em virulência, pelo aspecto ideológico que adotam atualmente, e tomam o

lugar dos imperialismos do passado, fazendo ouvir aqui ou ali sua carga explosiva. De ambos os lados, as condições de um diálogo *inteligente* entre as culturas estão longe de se ver concretizadas.

Ora, por que nos achamos nesse impasse? Por que esse “diálogo”, que sabemos indispensável, nos abandona desde o início? Não seria precisamente porque ainda se encontra eivado de boas intenções nos dias de hoje, uma vez que insuficientemente construído, para ser digno de crédito? Quero dizer: provavelmente o caráter por demais *ideologicamente correto*, que é hoje o seu, condene-o ao desinteresse público, a despeito das demonstrações e denegações ostentadas. Da mesma forma, creio que não poderemos sair do humanismo frouxo no qual ele está imerso, mas onde igualmente se dilui, a não ser introduzindo metodicamente arestas para discussão. Eis por que proponho, para lançar a questão, partirmos destes três termos conexos, que formam um triângulo, mas que, com muita frequência, ou confundimos ou mantemos isolados: o universal – o uniforme – o comum. Essas três noções recortam-se, evidentemente, mas a partir de planos diferentes. Assim, na medida em que o discurso ambiente contenta-se em considerá-las equivalentes, ou pelo menos finge isso, ou então segue apenas uma sem ajustá-la às outras, tomarei o partido oposto: sondar sua defasagem e ao mesmo tempo concebê-las relacionalmente, e isso com vistas a erguer sobre esse tripé a mesa dos debates futuros. Portanto, começarei por retomá-las uma a uma, mas para sugerir uma regulação conjunta a seu respeito. Por outro lado, convém, em primeiro lugar, desbastá-las a fim de encontrar suas formas nítidas sob a sedimentação das aluviões carreadas pela *doxa*. – Com efeito, não devemos temer, para alçar a discussão para fora do patamar da opinião, o gume do conceito.

Este estudo é oriundo de uma exposição feita no âmbito do Curso Metódico e Popular de Filosofia, organizado pelo Instituto do Pen-

samento Contemporâneo da Universidade Paris VII Denis Diderot em colaboração com a Prefeitura de Paris (10 de maio de 2006).

Acredito no uso apropriado dos gêneros. O texto que se segue é do domínio do Discurso ou da Carta, circulando intensamente na acumulação das referências para tornar inteligível a questão colocada. Não convém, efetivamente, avançar com o machado para abrir um caminho no que a imensidão do saber exigido torna inabordável e o regime da opinião mantém opacamente emaranhado?

Já era hora de, atacado por ruidosos defensores de um humanismo frouxo, eu me explicar sobre a questão do universal. Mas não podia fazê-lo senão construindo este triângulo: colocando o universal em tensão tanto com seu avesso, o uniforme, quanto com o que inspira, o comum.

O “diálogo das culturas” não devia ser igualmente retirado desse reino do pensamento fraco?

ITINERÁRIO

1. Crítica das noções – Capítulos I a III

De que noções dispomos para promover conceitualmente, para pensar a relação entre as culturas? Não são todas elas deficientes, e sujeitas à crítica, pelo menos por um lado? Pois até mesmo o *universal*, conceito rigoroso da razão e do âmbito da teoria do conhecimento, não dissimula sua ambiguidade: serve apenas para reconhecer uma totalidade constatada na experiência ou nomeia um dever-ser projetado como *a priori* e estabelecendo uma norma absoluta para toda a humanidade? Tampouco podemos acreditar na transparência dessa noção, ou na neutralidade de seu uso, a partir do momento em que consideramos a história singular, em contradição com sua exigência, da qual ela nasceu em seu conflito encarniçado, renovado a cada etapa da filosofia, com o singular.

Ora, longe de ser sua realização pacificada, o *uniforme* é o duplo pervertido do universal doravante disseminado pela globalização. Saturando o mundo, faz-se passar sub-repticiamente por ele, mas não pode invocar legitimidade: pois ele se autoriza não por uma necessidade, mas como mercadoria; deriva de um interesse não da razão, mas da produção: difundindo indefinidamente o semelhante, faz dele a única paisagem que nos resta e, em virtude disso, dá-lhe crédito. Assim, sua ditadura é tanto mais insidiosa na medida em que é discreta e não se faz notar.

Quanto ao *comum*, é efetivamente o lugar da partilha e, como tal, diretamente político: não invoca um *a priori* hipotético, como o universal, mas aponta o fundo sem fundo no qual nossa experiência se enraíza e que ela mesma contribui para desenvolver. Logo, é indefinidamente extensivo. Nem por isso deixa de correr sempre o risco de se inverter: de inclusivo, tornar-se excludente; em vez de abrir-se para mais participação, desemboca em seu contrário: o “comunitarismo”.

II. Genealogia europeia – Capítulos IV a VII

Contudo, seguindo o fio da história, vemos o comum desdobrar-se efetivamente, a partir do advento da Cidade, até encontrar, no seio do cosmopolitismo estoico, a exigência do universal. Este, porém, ao orientar essa extensão do comum, nem por isso tem a unidade que lhe atribuímos. Pois o universal compôs-se de planos diversos no seio da cultura europeia: lógico, com o advento do conceito; jurídico, com a instauração da cidadania romana; religioso, com a dissolução paulina de toda clivagem no amor divino e na economia da salvação.

Ao contrário daquilo pelo qual ele se dá na filosofia, o universal não derivaria então, por sua vez, de um agenciamento compósito, para não dizer caótico? E não extrai seu prestígio, na Europa, precisamente do fato de contribuir para conjugar todo esse heterogêneo, servindo-lhe de pedra angular ideológica?

III. Levantamento e problematização – Capítulos VIII a XI

Daí a necessidade, para a filosofia, de sair finalmente de casa, correndo o risco de ter que mudar de regime, fazer-se exploradora e romper com sua ordem estável das razões. Pois de que vale a noção de universal quando abandonamos o contexto europeu e, em primeiro lugar, ela ainda é entendida? Essa pergunta divide-se,

por sua vez, em duas: 1) em que medida as outras culturas desenvolveram essa exigência?; e 2) há noções que sejam desde sempre, isto é, *a priori*, universais? Não estar seguro de poder responder afirmativamente nem de um lado nem de outro obriga a repensar a validade do universal sob um novo aspecto: concebê-lo não mais qual uma totalidade positiva e saturada, mas, ao contrário, como a exigência própria do *negativo* de reabrir toda universalidade fechada e saciada – aquela precisamente de que se prevalece todo universalismo.

Conjuntamente, o *comum* das culturas não poderá mais, doravante, ser entendido nem como síntese, nem como denominador, nem como fundamento, mas como o comum do *inteligível*, em contínuo desdobramento e guiado por esse universal “regulador”. Exemplo privilegiado: os direitos humanos. O Ocidente não pode mais pretender exportá-los por seu conteúdo positivo, ensinando arrogantemente aos outros como viver; ao passo que sua vertente negativa, fazendo surgir um *a priori* da recusa diante do que sua falta faz subitamente aparecer de incondicionalmente inaceitável, isto é, independentemente das perspectivas próprias das diversas culturas, vale como um *universalizante* eficaz e que não está desgastado.

IV. Questões e posições – Capítulos XII a XIII

Daí resulta, em primeiro lugar, que o plural das culturas deve ser visado não mais sob o ângulo inventariante da diferença, mas sob aquele exploratório da *defasagem* que põe em tensão, descobre até onde vão os possíveis e revela a diversidade das culturas como uma profusão de *recursos* a explorar. Maneira de estimular a passar de uma estéril defesa da identidade cultural à fecundidade originada de uma resistência à uniformização tal como engendrada pela globalização. Um “diá-logo” das culturas não terá, por sua vez, efetivamente força a não ser fazendo atuar esse *dia* da

defasagem e do negativo e, ao mesmo tempo, sabendo situar-se exclusivamente sobre esse plano comum do *inteligível (logos)*. Pelo dispositivo que assim instaura ao erigir as diversas culturas face a face e sem mais supor universalidade dada previamente, ele produz novas condições para uma *autorreflexão do humano* – o infinito canteiro de obras doravante aberto depois que as últimas mitologias do Homem periclitaram.